

Brasileiros reconhecem impacto do estupro e direito das vítimas ao aborto previsto por lei

Notícias

Postado em: 11/11/2020 17:07

O medo do estupro está presente no cotidiano das brasileiras: 99% das mulheres disseram ter medo de serem vítimas de estupro, sendo que 78% afirmaram ter muito medo. Para 88% das mulheres e homens entrevistados, toda cidade deveria ter um serviço de aborto previsto na legislação e 81% consideram que, em caso de gravidez pós-estupro, a vítima deve buscar um serviço de saúde para interromper a gestação.

Pesquisa Percepções sobre estupro e aborto previsto por lei (Locomotiva/Instituto Patrícia Galvão, novembro 2020) Para a população brasileira, o estupro, ao lado da violência doméstica e do assédio sexual, está entre os principais problemas que as mulheres enfrentam no país. Ao responder à pesquisa Percepções sobre estupro e aborto previsto por lei, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, a maioria das mulheres e homens disseram considerar que estupro é sinônimo de relação sexual sem consentimento. E 84% concordam que o estupro é sempre culpa do estuprador, não importa o comportamento da mulher ou sua roupa. O estupro é uma realidade próxima da população Segundo o levantamento, 52% dos entrevistados, o que equivale a 85,7 milhões de brasileiros, conhecem uma mulher ou menina que já foi vítima de estupro. E 16% das mulheres dizem que já foram vítima de estupro. Ainda de acordo com os dados, 91% das mulheres entrevistadas acham que contariam para alguém se fossem vítimas de estupro; destas, 68% têm certeza. Vergonha, constrangimento e medo da exposição são os principais fatores apontados pelas mulheres que não contariam a ninguém em caso de estupro. Polícia e saúde: 92% das mulheres dizem que denunciariam se fossem vítimas de estupro. Porém, para 53% da população, as vítimas não costumam denunciar e apenas 29% acham que a polícia está muito preparada para atender vítimas de estupro. E 93% concordam que toda vítima de estupro que buscar a delegacia ou um serviço de saúde deve ser informada sobre as formas para evitar DST e gravidez indesejada. Alta percepção do direito ao aborto em caso de estupro

• 82% concordam que o aborto deve ser permitido em caso de estupro. • 88% são a favor de que vítimas de estupro que engravidem possam escolher se querem ou não interromper a gravidez de forma legal e segura em um hospital público. • 94% são favoráveis que, em casos como o da menina de 10 anos que foi estuprada e engravidou, a gestação possa ser interrompida. Dos que conhecem uma vítima, 17% relataram que ela engravidou, sendo que em 42% desses casos a gestação foi interrompida e, em 44%, levada adiante. Para 88% das mulheres e homens entrevistados, toda cidade deveria ter um serviço de saúde em que as meninas e mulheres vítimas de estupro pudessem interromper a gravidez de forma segura em um serviço público, conforme previsto na legislação. Sobre o estudo

Para Maíra Saruê Machado, diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva, os resultados da pesquisa indicam que “o estupro é uma realidade próxima da população – a maioria conhece uma mulher ou menina que foi vítima e é unânime a percepção de que as brasileiras temem que isso ocorra com elas. As consequências de um estupro na vida da vítima, sejam psicológicas, físicas ou

uma gravidez indesejada, também são bastante reconhecidas. Mas a pesquisa mostra que o acolhimento do Estado às mulheres e meninas vítimas — seja nas delegacias ou no sistema de saúde — pode ser mais qualificado”. Para Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, “os dados da pesquisa evidenciam que já está amplamente disseminada a ideia de que uma relação sexual sem consentimento é um estupro e que, em caso de gravidez, toda menina e mulher tem o direito de interromper essa gestação de forma segura em um hospital público. E, mais que isso, a maioria da população concorda que toda cidade deve ter um serviço de saúde para atender essas vítimas.” A pesquisa Percepções sobre Estupro e Aborto Previsto por Lei foi realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva. Participaram do estudo online 2 mil pessoas, com 16 anos de idade ou mais, entre 1º e 14 de setembro. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais. Fonte: Agência Patrícia Galvão